

Medidas legais de 1º de março de 2023

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Portaria nº 43, de 28 de fevereiro de 2023 DOU 1 Extra B de 28/2/2023 Visualizar medida	“Altera o art. 3º da Portaria nº 7.889, de 2 de setembro de 2022, do extinto Ministério da Economia, que regulamenta a dedução do valor das parcelas dos contratos de dívida do Estado ou do Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional, de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022”. Explicação: estabelece que, a partir de 30 de abril, será efetuada a dedução das parcelas exigíveis dos contratos de dívidas do Estado ou do DF, em decorrência das perdas de arrecadação do ICMS apuradas.
Lei nº 14.537, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	“Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre as operações a que se refere; e revoga dispositivos das Leis nºs 12.810, de 15 de maio de 2013, 12.844, de 19 de julho de 2013, e 13.315, de 20 de julho de 2016”. Explicação: promulgação da MPV 1138/2022, que reduz a alíquota do IRRF sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais de brasileiros, no exterior, em viagens de turismo, de negócios, de serviço ou de treinamento ou em missões oficiais no exterior, até o limite de R\$ 20 mil ao mês, para: (I) 6%, de 01/01/2023 a 31/12/2024; (II) 7%, de 01/01 a 31/12/2025; (III) 8%, de 01/01 a 31/12/2026; e (IV) 9%, de 01/01 a 31/12/2027.
Instrução Normativa nº 2.133, de 27 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	“Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.043, de 12 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)”. Explicação: estabelece que a obrigação de apresentar a EFD-Reinf passa a dever ser cumprida para as pessoas físicas e jurídicas que pagaram ou creditaram rendimentos em relação aos quais tenha havido retenção do IRRF, ainda que em um único mês do ano-calendário a que se referir a declaração, por si ou como representantes de terceiros, bem como grupos estabelecidos, ainda que não tenha havido retenção do imposto, no qual está incluso pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no País que efetuaram pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior. A apresentação será a partir das 8h de 21 de setembro de 2023, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023.
Solução de Consulta RFB nº 1.006, de 3 de outubro de 2022	Assunto: Contribuição Para o PIS/Pasep e Cofins

Visualizar medida	Esclarece que, como regra geral, é vedada a apropriação de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins em relação a bens e serviços adquiridos em operações não sujeitas à incidência ou sujeitas à incidência com alíquota zero, suspensão ou isenção dessa contribuição, independentemente da destinação dada aos bens ou serviços adquiridos. Nas aquisições de bens e serviços cujas operações foram contempladas com <u>isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins</u>, a regra geral de vedação de apropriação de créditos não se aplica, caso estes bens ou serviços sejam utilizados como insumos na elaboração de produtos ou serviços que sejam vendidos em operações sujeitas ao pagamento da referida contribuição.
Consulta Pública ANATEL nº 10, de 16 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Abre, até o dia 30 de abril de 2023, Consulta Pública para o aprimoramento de proposta de requisitos técnicos de compatibilidade eletromagnética para avaliação da conformidade de produtos. O texto completo da proposta, assim como o formulário eletrônico para o encaminhamento das sugestões e contribuições, poderá ser encontrado aqui.
Portaria MDS nº 862, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	“Revoga a Portaria nº 10, de 29 de dezembro de 2022, do Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas e o art. 33 da Portaria MC nº 582, de 8 de janeiro de 2021”. Explicação: revoga a instituição do módulo de biometria facial no âmbito do Sistema de Gestão de Comunidades Terapêuticas (SISCT), que buscava validar diariamente a presença do/a acolhido/a na comunidade terapêutica contratada pela SENAPRED, assim como retira das normas e procedimentos a serem prestados pelas Comunidades Terapêuticas (CTs) a obrigatoriedade da realização do módulo.
Portaria MEC nº 299, de 27 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	“Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica de Classificação de Cursos (CTCC)”. Explicação: a CTCC é órgão colegiado de natureza normativa, consultiva e deliberativa referente ao acompanhamento e à atualização periódica da Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil (Cine Brasil).
Mensagem do Presidente da República nº 76, de 28 de fevereiro de 2023 DOU 1 Extra A de 28/2/2023 Visualizar medida	Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, referente ao <u>3º quadrimestre de 2022</u>.
Ato de Pessoal	Objetivo

Decreto TCU/MJSP, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Nomear: <u>Johnathan Pereira de Jesus</u> , para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União , na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra <u>Ana Lúcia Arraes de Alencar</u> .
Portaria CC/MEC nº 1.850, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Nomear: <u>Delson Pereira da Silva</u> , para exercer o cargo de Diretor de Tecnologia e Inovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , do Ministério da Educação (FNDE/MEC), ficando dispensado da função que atualmente ocupa, CCE 1.15.
Portaria CC/MEC nº 1.851, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Nomear: <u>Allan Carlo Viegas Serra</u> , para exercer o cargo de Diretor Financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , do Ministério da Educação (FNDE/MEC), ficando dispensado da função que atualmente ocupa, CCE 1.15.
Portaria CC/MF nº 1.852, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Nomear: <u>Daniel Abraham Loria</u> , para exercer o cargo de Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF), CCE 1.13.
Portaria MEC nº 300, de 27 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Alterar: a Portaria MEC nº 602/2020 , que designa membros para representarem o Ministério da Educação (MEC) , no âmbito dos Conselhos Regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) .
Portaria de Pessoal PGFN/MF nº 351, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Dispensar: <u>Moisés de Sousa Carvalho Pereira</u> da função de Coordenador-Geral de Contencioso Administrativo-Tributário da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Contencioso Administrativo-Tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda (PGFN/MF), FCPE 101.4.
Portaria de Pessoal MTUR nº 139, de 28 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Matheus Linhares Ribeiro</u> para exercer a função de Coordenador-Geral de Mobilidade e Conectividade Turística do Departamento de Infraestrutura Turística, da Secretaria Nacional de Infraestrutura da Secretaria Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo do Ministério do Turismo (MTur), FCE 1.13.
Portaria SGA/AGU nº 334, de 22 de fevereiro de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Luciana Angrisano</u> para exercer a função de Coordenador de Projeto , da Coordenação Nacional de Soluções Tecnológicas , da Coordenação-Geral de Inovações e Soluções, da Subprocuradoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral da União , da Advocacia-Geral da União (AGU), FCE 3.10.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.